



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Março/2024



Concurso Público para o Provimento de Vagas de Advogado

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'A', Tipo 005

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-005

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável preserva os recursos para o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 65 questões, numeradas de 1 a 65.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Ciência: o valor dos limites

A esperança de que podemos atingir o conhecimento total é muito simplista. A ciência precisa falhar para avançar. Queremos certezas. Mas, para crescer, precisamos abraçar as incertezas. A existência dos limites não deve ser vista como um obstáculo intransponível. Limites são oportunidades, alavancas que nos ensinam algo sobre o mundo e sobre nós mesmos, que nos incentivam a prosseguir na busca de respostas. Limites expandem as possibilidades de quem podemos ser.

A ciência é muito mais do que conhecimento acumulado do mundo natural. É uma visão de mundo, um estilo de vida, uma aspiração coletiva de crescermos como espécie em um cosmos repleto de mistérios, de medos e encantos. A ciência é o cobertor com que cobrimos os pés à noite, a luz que ligamos no fim do corredor, o mentor paciente que nos lembra do que somos capazes quando trabalhamos juntos. Que a ciência seja usada tanto para o bem como para o mal não reflete a ciência em si, mas a precariedade da natureza humana, a tendência que temos tanto para criar quanto para destruir.

Embora as ciências físicas e sociais sejam capazes de iluminar muitos aspectos do conhecimento, não têm como missão responder a todas as perguntas. Nada diminuiria mais o espírito humano do que restringir nossa criatividade a uma única esquina do conhecimento. Somos criaturas multidimensionais e buscamos respostas de muitas formas. Cada uma tem seus propósitos e precisamos de todas elas.

Aceitar que o conhecimento é incompleto não é uma derrota do intelecto humano, não significa que estamos enquadrando a ciência como uma atividade humana, falível mesmo que poderosa, incompleta mesmo como melhor ferramenta para descrever o mundo. A ciência não reflete uma verdade divina, existente em um domínio platônico de perfeição e beleza. A ciência reflete a inquietude humana, nossa necessidade de ter algum controle sobre o tempo, sobre o misto de veneração e temor que sentimos quando confrontamos a imensidão do cosmos.

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **A ilha do conhecimento**. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2023, p. 325-328, *passim*)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *Nada diminuiria mais o espírito humano* (3º parágrafo) = ninguém teria reduzido assim nossa mentalidade.
 - (B) *falível mesmo que poderosa* (4º parágrafo) = limitada na medida de sua potência.
 - (C) *precisamos abraçar as incertezas* (1º parágrafo) = é preciso retificar nossas convicções.
 - (D) *aspiração coletiva de crescermos como espécie* (2º parágrafo) = consenso no avanço cultural.
 - (E) *mentor paciente que nos lembra do que somos* (2º parágrafo) = guia perseverante que nos vê a nós mesmos.
2. Recorre-se à **linguagem figurada** no emprego destas duas expressões:
 - (A) *restringir nossa criatividade* / *Cada uma tem seus propósitos*
 - (B) *o conhecimento é incompleto* / *necessidade de ter algum controle*
 - (C) *cobertor com que cobrimos os pés* / *esquina do conhecimento*
 - (D) *um obstáculo intransponível* / *uma aspiração coletiva*
 - (E) *conhecimento acumulado* / *quando trabalhamos juntos*
3. A convicção exposta na frase *A ciência precisa falhar para avançar* (1º parágrafo) justifica-se e acentua-se nesta outra afirmação do texto:
 - (A) *tendência que temos tanto para criar quanto para destruir* (2º parágrafo).
 - (B) *Somos criaturas multidimensionais* (3º parágrafo).
 - (C) *Queremos certezas* (1º parágrafo).
 - (D) *Limites são oportunidades, alavancas* (1º parágrafo).
 - (E) *uma aspiração coletiva de crescermos* (2º parágrafo).
4. O autor considera a possibilidade de que *a ciência seja usada tanto para o bem como para o mal*, uma vez que ela
 - (A) se mostra sujeita às escolhas com que norteamos sua aplicação.
 - (B) não leva em conta o fato de sermos criaturas multidimensionais.
 - (C) não é capaz de nos levar a qualquer atitude de caráter moralizante.
 - (D) está associada a métodos que podem ser ou não eficazes.
 - (E) se mostra sujeita à variação mesma dos valores civilizacionais.



5. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Para um cientista, a existência de limites não requerem que sejam imediatamente superados, mas reconhecidos com clareza.
 - (B) Não advêm da vontade divina os métodos falíveis da ciência, a cujos limites o humano pesquisador deve se mostrar sensível.
 - (C) Não se chegam jamais a conhecimentos completos, ainda quando a eles aspiram a metodologia de todas as ciências.
 - (D) Os conhecimentos acumulados a que nos fazem chegar a ciência não se representa como uma totalidade.
 - (E) Não caberiam aos cientistas resolver os problemas da humanidade, mas apenas detectá-los na exata dimensão que tem.
-
6. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Um misto de veneração e temor é o sentimento por que somos tomados frente ao cosmos.
 - (B) O emprego nocivo da ciência não é um efeito ao qual ela mesma seja responsável.
 - (C) As altas aspirações das quais nos curvamos podem nos levar a um estado de frustração.
 - (D) Os limites científicos de cujos trata o texto derivam do limite mesmo da nossa humanidade.
 - (E) É na necessidade da plenitude do conhecimento aonde se nota toda a nossa arrogância.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Influências, influentes

Novos instrumentos de comunicação dão vida nova a velhos hábitos e subterfúgios. “Influencer”, no tempo digital das redes sociais, designa um agente e propagandista de valores que deseja incutir nos outros.

Coisa de hoje? Não apenas: me lembro de um livro de grande sucesso cujo título em português é “Como fazer amigos e influenciar pessoas”, de Dale Carnegie, editado nos EUA em 1936 e de grande sucesso por aqui nos anos seguintes. Já com esse título, instiga-nos a fazer amigos para sermos influentes. Fazer amizades pode ser um bom negócio...

Essa convicção se expandiu muito em nosso tempo eletrônico, quando também se propagam, sem qualquer prurido, ódios e ultrajes bem direcionados. Influenciar os outros a qualquer custo segue sendo uma obsessão presente.

“Influir”, do latim ‘in-fluo’, é “correr para dentro”, ou ainda “insinuar-se”. Mesmo que discretamente, dá alguma medida do que pode haver de invasivo na relação supostamente amistosa. Mas não custa lembrar que “influenza” é também o batismo de um vírus poderoso de gripe, que pode resultar em pneumonia. Hoje, graças às vias digitais, podemos interferir drasticamente na saúde das cabeças alheias e ainda sermos prestigiados por isso.

(GOMES, Pafúncio. A editar)

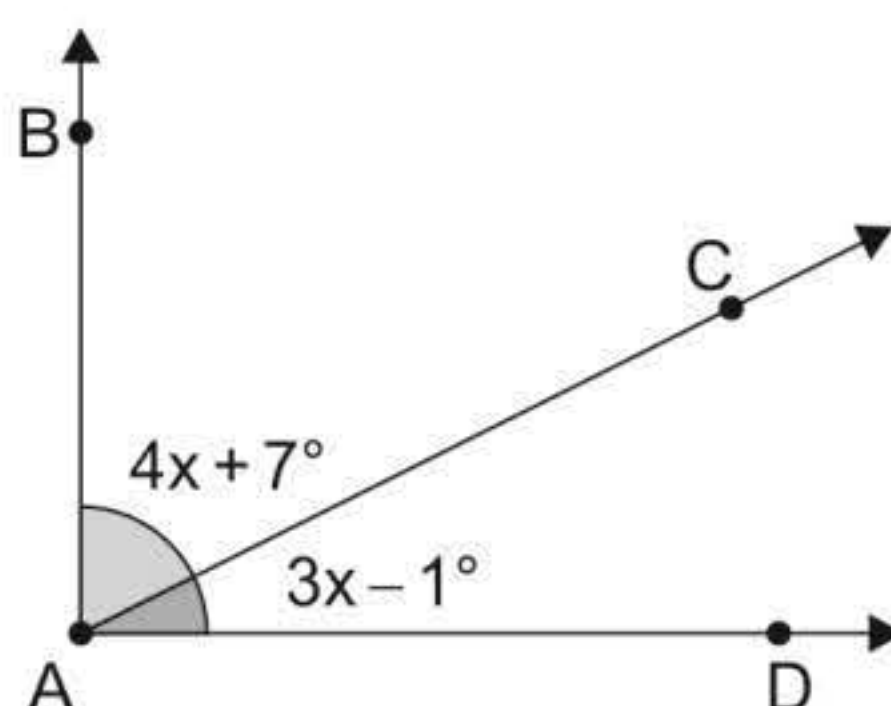
7. Considerando-se a frase *Já com esse título, instiga-nos a fazer amigos para sermos influentes* (2º parágrafo), o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido desse enunciado, por:
- (A) conduz-nos ao exercício da influência perante aos nossos amigos.
 - (B) preparam-nos para que se estabeleçam amizades para as influenciarmos.
 - (C) adverte-nos de que façamos amigos ao sermos influentes.
 - (D) impõem-nos que amizades consumadas podem ser passíveis de influência.
 - (E) leva-nos a cultivar amizades com o fito de exercermos influência.
-
8. No 4º parágrafo, o autor nos lembra que o verbo **influir**, na língua latina,
- (A) descreve como toda manifestação a princípio afetiva pode se revelar nociva.
 - (B) revela o quão discreta pode se dar a passagem de um vírus pelas vias orgânicas.
 - (C) tinha a acepção enfática de tudo o que contamina cruelmente o nosso corpo.
 - (D) acentua a capacidade de interiorização com que algo avança dentro de nós.
 - (E) estabelece uma relação de causa e efeito entre um desvio mental e um mal físico.
-
9. *Essa convicção se expandiu muito em nosso tempo eletrônico* (3º parágrafo). A **convicção** de que aqui se fala é a de que
- (A) a livre manifestação de ódios e ultrajes pessoais não favorece a capacidade de fazer amigos e influenciar pessoas.
 - (B) a iniciativa de influenciar pessoas e fazer amigos pode ser agora altamente favorável para expandir negócios.
 - (C) na mídia eletrônica a vantagem de influenciar pessoas cedeu lugar a críticas e injúrias que nada constroem.
 - (D) ser influente possibilita que, em nosso tempo eletrônico, as amizades podem se fazer instantaneamente.
 - (E) a gerência dos bons negócios traz consigo uma oportunidade para estreitar laços comerciais entre amigos.
-



10. É plenamente regular esta outra pontuação de uma frase do texto:
- (A) “Influir” do latim “in-fluo” é: correr para dentro, ou ainda; “insinuar-se”.
- (B) Mas, não custa lembrar que “influenza “ é, também, o batismo de um vírus poderoso.
- (C) Novos instrumentos de comunicação, dão vida nova a velhos hábitos, e subterfúgios.
- (D) Coisa de hoje? – não, apenas me lembro de um livro, de grande sucesso.
- (E) Influenciar os outros, a qualquer custo segue sendo: uma obsessão presente.
11. Há adequada articulação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Quando chegarmos a sentir o peso de tantas influências indevidas, nossa reação se mostraria tão tardia como inconsequente.
- (B) Caso as influências logo se mostrassem tão nocivas quanto a “influenza”, haverá tempo para que as rebatêramos.
- (C) Se persistirem nessa escalada, as vias digitais teriam acentuado ainda mais o poder dos “influencers”.
- (D) A menos que se estabeleça algum critério de funcionamento, as vias digitais não haverão de soffrear a influência que exercem.
- (E) No caso de que viessem a se fortalecer ainda mais, quem haverá de fazer frente ao poder dos “influencers”?
12. No contexto do 4º parágrafo, a expressão
- (A) *ainda sermos prestigiados* é o mesmo que **embora sejamos discriminados**.
- (B) *graças às vias digitais* é equivalente a **deve-se ao sistema digital**.
- (C) *Mesmo que discretamente* tem o sentido **uma vez que seja com discrição**.
- (D) *dá alguma medida* equivale a **esclarece o sentido**.
- (E) *Mas não custa lembrar que* deve ser entendida como **É fácil memorizar de que**.

Matemática e Raciocínio Lógico

13. Considere a figura abaixo.



Sabendo que o ângulo $\widehat{BAD}$ é reto, o ângulo $\widehat{BAC}$ vale $4x + 7^\circ$ e o ângulo $\widehat{CAD}$ vale $3x - 1^\circ$, para x em graus, o valor do ângulo $\widehat{CAD}$ é de

- (A) 30°
- (B) 50°
- (C) 45°
- (D) 35°
- (E) 40°
14. Um dentista atendeu 5 pacientes em um dia. O quadro abaixo mostra os horários de início e término do tratamento de cada paciente desse dia.

Paciente	Início	Término
1	9:46	10:40
2	11:10	12:35
3	14:20	15:00
4	15:30	16:45
5	18:20	19:46

O tempo médio de atendimento desses 5 pacientes foi de

- (A) uma hora e dois minutos.
- (B) cinquenta e seis minutos.
- (C) uma hora e oito minutos.
- (D) cinquenta e oito minutos.
- (E) uma hora e quatro minutos.



15. Em uma determinada agência bancária, o cofre **A** só pode ser aberto de cinco em cinco dias e o cofre **B** de seis em seis dias. Se em uma sexta-feira os dois cofres foram abertos, o próximo dia da semana que isso poderá ocorrer será
- (A) domingo.
(B) terça-feira.
(C) quarta-feira.
(D) segunda-feira.
(E) sábado.
-
16. Um grupo de amigos decidiu fazer uma vaquinha para comprar um presente de casamento. Cada um colaborou com R\$ 150,00, mas na hora de comprar o presente faltou o valor de R\$ 350,00. Cada um deles, então, colaborou com mais R\$ 50,00 e sobrou 10% do valor total do presente que decidiram gastar em flores para o casal. O presente de casamento custou
- (A) R\$ 2.500,00
(B) R\$ 2.000,00
(C) R\$ 1.750,00
(D) R\$ 1.500,00
(E) R\$ 2.300,00
-
17. Os pontos A, B, C, D, E e F estão sobre uma reta e nessa ordem da esquerda para a direita. Se $AF = 70$, $AC = 24$, $BD = 22$, $CE = 24$ e $DF = 32$, então a medida de $\overline{BE}$ é
- (A) 28
(B) 30
(C) 34
(D) 26
(E) 32
-
18. Em uma peixaria há 300 peixes, 100 deles foram pescados no Rio **A** e 200 no Rio **B**. Sabe-se que 3% dos peixes do Rio **A** e 6% do Rio **B** estão contaminados. Maria comprou um peixe dessa peixaria. A probabilidade de Maria ter comprado um peixe contaminado é de
- (A) 4,5%
(B) 5,5%
(C) 5%
(D) 4%
(E) 3,5%
-

Noções de Informática

19. A computação em nuvem dispõe de tipos de serviço, tais como:
- (A) infraestrutura e plataforma, mas não aplicações.
(B) infraestrutura e aplicações, mas não plataforma.
(C) infraestrutura, mas não plataforma e nem aplicações.
(D) plataforma, mas não infraestrutura e nem aplicações.
(E) infraestrutura, plataforma e aplicações.
-
20. É uma ferramenta e/ou aplicativo comercial de grupos de discussão em tempo real:
- (A) *Google Play*.
(B) *Team Work*.
(C) *Zoom*.
(D) *Google Drive*.
(E) *Microsoft Viewer*.
-



21. Um funcionário descobriu que em um equipamento estava instalado um *malware* projetado para espionar o dono do dispositivo, que não o havia autorizado, não sabia que tal código estava instalado e nem sabia que as informações coletadas estavam sendo enviadas para quem o instalou ou induziu sua instalação. Este *malware* é:
- (A) *rat*.
 - (B) *stalkerware*.
 - (C) *scareware*.
 - (D) *worm*.
 - (E) zumbi.
-
22. Dentre os tipos de aplicativos de segurança, o *proxy firewall*
- (A) oferece uma segurança voltada para todos os protocolos. Tem a capacidade de realizar a comutação entre modelos de rede e em todas as suas camadas de aplicativos.
 - (B) é diferente dos tipos de *firewall* tradicionais porque tem a capacidade da junção de diversos outros *firewalls* oferecendo então uma maior quantidade de recursos. É também conhecido como NGFW.
 - (C) é responsável por realizar o controle de acesso à rede, isso quer dizer que todas as redes conectadas são analisadas. De maneira prática, é como uma esteira com diversas redes. Algumas são aceitas para passar ao próximo processo, outras são retiradas.
 - (D) avalia todo o tráfego de dados tentando verificar redes que estão de acordo com as regras. Realiza uma comparação em relação ao que está acontecendo naquele momento e o que é esperado que aconteça, garantindo, então, a segurança.
 - (E) tem como objetivo oferecer segurança entre um computador e uma rede ou até mesmo uma rede interna e outra rede. Geralmente é instalado em servidores que apresentam uma maior velocidade.
-
23. No Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário, executando como administrador, na área do *prompt* de comandos (cmd), digita `help attrib` para saber como os parâmetros R e H serão úteis para o que ele necessita fazer com alguns arquivos. Assim, ele obteve o significado desses parâmetros que são, correta e respectivamente, um atributo de
- (A) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo oculto.
 - (B) restauração de arquivo e um atributo de exame de integridade de arquivo.
 - (C) arquivo morto e um atributo de integridade de arquivo.
 - (D) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo padrão.
 - (E) recuperação de arquivo fixado e um atributo de arquivo sem conteúdo indexado.
-
24. No Microsoft Excel 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, o chefe de Recursos Humanos, precisa encontrar na planilha de nomes e salários, o salário que determinado funcionário recebe. Assim, a função que permite procurar o nome desse funcionário nessa planilha e obter o salário correspondente é:
- (A) =proch()
 - (B) =procv()
 - (C) =procurar()
 - (D) =procx()
 - (E) =localizar()

Noções de Administração Pública

25. Entre os pilares das boas práticas de governança insere-se o conceito de *accountability*, que
- (A) se materializa por meio de mecanismos para que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações.
 - (B) corresponde à segregação das funções de gestão, fiscalização, monitoramento e avaliação, como forma de evitar contaminações e vieses.
 - (C) significa gestão de riscos, o que inclui mecanismos de identificação, mensuração e mitigação dos efeitos correspondentes.
 - (D) constitui um princípio contábil que demanda, com base no dever de prudência, efetuar provisões para os passivos contingentes.
 - (E) corresponde à boa-fé objetiva, razão pela qual deve-se presumir que todo gestor atua no melhor interesse da organização e da sociedade.
-
26. Pedro, empregado de uma sociedade de economia mista, foi notificado acerca da existência de um inquérito civil público que apura a prática de potenciais atos de improbidade administrativa em face de superfaturamento em compras efetuadas sem licitação. Na notificação constou que Pedro, que atua no setor de compras da companhia, poderia ser responsabilizado em face de eventuais atos praticados, com dolo ou culpa, bem como por condutas omissivas. De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, a tipificação de tais condutas como ato de improbidade
- (A) depende de prévia condenação de Pedro na esfera criminal, por prática de crime contra a Administração.
 - (B) deve ser afastada em razão da natureza de direito privado da entidade supostamente lesada.
 - (C) depende da comprovação de dolo, consistente na vontade livre e consciente de Pedro de alcançar resultado ilícito tipificado no citado diploma legal.
 - (D) depende da comprovação de conduta comissiva, dolosa ou culposa, de Pedro, não sendo a mera omissão caracterizável como improbidade.
 - (E) somente pode ser cogitada após apuração disciplinar da conduta de Pedro e desde que comprovada a obtenção de vantagem patrimonial.



27. Considere que determinada empresa privada ("empresa X") tenha firmado contrato de prestação de serviços com a CETESB e contra tal empresa tenha sido instaurado Processo de Apuração de Responsabilidade – PAR em face de prejuízos causados à contratante em razão de fraude perpetrada em procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A empresa possui interesse na celebração de acordo de leniência, o qual, à luz da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022,
- (A) somente poderá ser firmado pela autoridade máxima da pessoa jurídica de direito público ou privado lesada, mediante parecer prévio da Procuradoria-Geral do Estado acerca de sua juridicidade.
 - (B) somente será possível mediante prévio ressarcimento dos prejuízos apurados pela conduta lesiva e pagamento integral das multas aplicadas na forma da Lei nº 12.846/2013, vedadas quaisquer reduções.
 - (C) somente poderá ser celebrado com a empresa X se esta for a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
 - (D) somente poderia ser requerido previamente à instauração do Processo de Apuração de Responsabilidade, como condição suspensiva da apuração, e condicionado à apresentação de caução ou fiança idônea.
 - (E) uma vez formalizado, não poderá ser objeto de desistência por parte da empresa X, podendo, contudo, ser rejeitado pela Controladoria Geral do Estado caso não vislumbre utilidade ou interesse público na celebração.
-
28. A invalidação de um ato administrativo discricionário por vício em relação ao motivo (razões de fato e de direito) explicitado para sua edição
- (A) demanda a revogação do ato, com efeitos *ex nunc*, caso o vício seja em relação às razões de direito, e *ex tunc*, caso seja em relação às razões de fato.
 - (B) somente é viável se não afetar interesse de terceiros que tenham sido beneficiados com os efeitos do ato em questão.
 - (C) somente é viável em sede administrativa, pois esbarra na vedação de análise judicial do mérito do ato administrativo.
 - (D) é admissível na esfera administrativa, com base na autotutela, e em sede judicial, com base na teoria dos motivos determinantes.
 - (E) pressupõe a reavaliação da Administração Pública acerca das razões de conveniência e oportunidade para edição do ato e não pode ser feita pela mesma autoridade que praticou o ato.
-
29. Considere que determinada empresa estatal tenha tido acesso a dados sensíveis de usuários, assim definidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). De acordo com o regramento estabelecido no referido diploma,
- (A) tais dados podem ser objeto de tratamento sem o consentimento do titular quando indispensável para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador e em outras hipóteses expressamente previstas na lei.
 - (B) o tratamento dos referidos dados, que são de interesse público, independe de consentimento do titular, salvo em se tratando de menor de idade.
 - (C) há expressa vedação legal de tratamento de tais dados, o que constitui infração grave independentemente do eventual consentimento do titular, cuja obtenção presume-se nula.
 - (D) os dados de particulares somente podem ser tratados com a autorização expressa do titular e desde que devidamente anonimizados.
 - (E) trata-se de dados que envolvem risco à saúde ou incolumidade pública e, portanto, devem ser informados às autoridades sanitárias.
-
30. Considere que tenha sido solicitada à CETESB, com base na Lei de Acesso à Informação, dados de estudos realizados em conjunto com órgão da Administração Pública direta. A companhia negou-se a disponibilizar tais dados, sendo que, à luz do que dispõe a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), tal recusa afigura-se juridicamente
- (A) descabida, eis que vedada a classificação de sigilo em relação a quaisquer dados compartilhados com pessoa de direito público.
 - (B) possível por se tratar de informação que não é de titularidade exclusiva da companhia, sendo que a ausência de autorização prévia de uma das partes impede as demais de disponibilizá-la.
 - (C) válida, eis que se trata de informações de caráter técnico, as quais são sempre sigilosas, salvo se previamente classificadas como de livre acesso.
 - (D) válida, pois estudo não é considerado informação ou dado nos termos definidos pela Lei de Acesso à Informação.
 - (E) possível, caso se trate de projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado e que tenha obtido a correspondente classificação.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 31 a 36.

31. Margarida tem 66 anos de idade, é brasileira e professora. Sua neta, Magali, é estrangeira, oriunda da Inglaterra, tem 18 anos de idade, e deseja morar no Brasil para se candidatar ao cargo de Deputada Estadual, tendo o total apoio de sua mãe, Juréia, que é analfabeta e brasileira nata. Considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação, o alistamento eleitoral e o voto são
- (A) facultativos para Margarida e para Juréia, sendo que Magali não poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (B) obrigatórios para Margarida e facultativos para Juréia, sendo que Magali não poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (C) facultativos para Margarida e para Juréia, sendo que Magali poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (D) obrigatórios para Margarida e para Juréia, sendo que Magali não poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (E) obrigatórios para Margarida e facultativos para Juréia, sendo que Magali poderá se candidatar ao cargo que pretende.
-
32. Compete, dentre outras atribuições, ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente:
- (A) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
 - (B) o crime político e a ação em que qualquer membro da magistratura seja diretamente interessado.
 - (C) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e os membros do Congresso Nacional.
 - (D) as causas e os conflitos entre a União e os Estados e também o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.
 - (E) nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os membros dos Tribunais Regionais Federais.
-
33. A Constituição Federal de 1988, de acordo com o quanto nela previsto, poderá ser emendada, salvo na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, mediante proposta do Presidente da República,
- (A) de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e de mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo que os tratados internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) de um quinto, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, sendo que os tratados internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um terço dos votos dos respectivos membros.
 - (C) além de outros legitimados para tanto, sendo que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (D) de um terço, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo que os tratados internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, se aprovados pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos de seus membros.
 - (E) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e de mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo que os tratados internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, se aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um terço dos votos de seus membros.
-
34. Frederico nasceu no estrangeiro enquanto sua mãe, brasileira, lá trabalhava a serviço do Brasil. Já seu irmão Manoel nasceu no Brasil, enquanto sua mãe, embora continuasse com o mesmo trabalho e residência no exterior, passava férias em terras brasileiras. Assim, é(são) brasileiro(s) nato(s)
- (A) Frederico, pois, embora tenha nascido no exterior, sua mãe lá estava a serviço do Brasil e, também Manoel, pois este nasceu em território nacional.
 - (B) Manoel, sendo que Frederico, para se tornar brasileiro, precisará se naturalizar, exigindo-se, nesse caso, apenas a residência por um ano ininterrupto no Brasil e idoneidade moral.
 - (C) Frederico e Manoel, pois são considerados brasileiros natos os filhos de brasileiros, independentemente do país em que nascerem e de estarem ou não os pais a serviço do Brasil, não sendo necessário, em nenhuma hipótese, qualquer registro em repartição brasileira competente.
 - (D) apenas Manoel, pois são assim considerados todos aqueles que nascerem em território nacional.
 - (E) Manoel, sendo que Frederico somente será brasileiro nato se registrado em repartição brasileira competente, além de ter que vir a residir em território nacional e optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.



35. De acordo com a Constituição Federal, observados os requisitos nela previstos, o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros, sendo
- (A) todos membros do Ministério Público da União e dos Estados, devendo haver eleição entre os membros para a escolha do seu Presidente.
 - (B) o Procurador-Geral da República, que o preside; quatro membros do Ministério Público da União; quatro membros do Ministério Público dos Estados; três juízes; e dois advogados.
 - (C) o Procurador-Geral da República; quatro membros do Ministério Público da União; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes; dois advogados; e dois cidadãos, devendo haver eleição entre os membros para a escolha do seu Presidente.
 - (D) todos membros do Ministério Público da União e dos Estados, presidindo-o o Procurador-Geral da República.
 - (E) o Procurador-Geral da República, que o preside; quatro membros do Ministério Público da União; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes; dois advogados; e dois cidadãos.
-
36. Rodolfo, brasileiro, tem 50 anos de idade, é trabalhador urbano e realiza seu trabalho no período noturno, em turnos ininterruptos de revezamento. São direitos de Rodolfo, dentre outros, remuneração
- (A) igual à do trabalhador diurno, sendo vedada a distinção entre os horários de trabalho, e duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva.
 - (B) superior à do trabalho diurno e jornada de seis horas, não podendo ser alterada em negociação coletiva.
 - (C) superior à do trabalho diurno e duração do trabalho normal de até oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva.
 - (D) igual à do trabalhador diurno, sendo vedada a distinção entre os horários de trabalho, e jornada de seis horas.
 - (E) superior à do trabalho diurno e jornada de seis horas, salvo negociação coletiva.
-

Direito Administrativo

37. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), a celebração do acordo de não persecução civil
- (A) dependerá, dentre outros requisitos legais, de aprovação, no prazo de até trinta dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação.
 - (B) poderá ocorrer no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória.
 - (C) independe do ressarcimento integral do dano, podendo haver negociação acerca do valor do dano a ser ressarcido ao erário, desde que preenchidos os demais requisitos legais.
 - (D) dependerá de homologação judicial apenas se ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
 - (E) não considerará a personalidade do agente, mas sim a gravidade, a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.
-
38. Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, poderá ser ordenado, dentre outras providências, o afastamento preventivo do servidor público. O afastamento preventivo, de acordo com a Lei Estadual nº 10.261/1968,
- (A) dar-se-á com prejuízo dos vencimentos e vantagens.
 - (B) será decretado pelo Chefe de Gabinete, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a apuração do fato, não se exigindo despacho fundamentado na hipótese.
 - (C) uma vez decretado, terá seu período computado como de efetivo exercício.
 - (D) dar-se-á pelo prazo máximo de sessenta dias, não passíveis de prorrogação, tendo em vista a gravidade da medida.
 - (E) uma vez decretado, terá seu período descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.
-



39. Após procedimento licitatório para contratação de parceria público-privada, e antes da celebração do respectivo contrato, deve ser constituída sociedade de propósito específico. A propósito do tema e de acordo com a Lei nº 11.079/2004,
- (A) a sociedade de propósito específico deve sempre assumir a forma de companhia de capital fechado, vez que a lei proíbe que seus valores mobiliários sejam negociados no mercado.
 - (B) é incumbência da sociedade de propósito específico implantar o objeto da parceria, sendo, contudo, vedado a ela a gestão desse objeto.
 - (C) a transferência do controle da sociedade de propósito específico não está condicionada à autorização expressa da Administração Pública.
 - (D) é vedada a aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.
 - (E) a sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

40. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas determinadas regras. Sobre o tema, considere:

- I. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.
- II. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.
- III. Impedimento, para efeito de habilitação técnica, de utilizar-se do somatório dos quantitativos de cada consorciado.
- IV. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e IV.

41. Nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, o procedimento sancionatório observará, salvo legislação específica, determinadas regras. Assim, considere:

- I. O acusado será citado ou intimado, com cópia do ato de instauração, para, em até cinco dias, oferecer sua defesa e indicar as provas que pretende produzir.
- II. O acusado será intimado para acompanhar a produção das provas orais, com antecedência mínima de dois dias.
- III. A decisão, devidamente motivada, será proferida no prazo máximo de vinte dias, notificando-se o interessado por publicação no Diário Oficial do Estado.
- IV. O procedimento será sigiloso até decisão final, salvo em relação ao acusado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

42. Henrie, servidor público estadual, foi condenado por crime de abuso de autoridade. Os efeitos da condenação dispostos na sentença condenatória foram:

- I. obrigação de indenizar o dano causado pelo crime;
- II. inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de um ano;
- III. perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Nos termos da Lei nº 13.869/2019, o(s) efeito(s) disposto(s)

- (A) apenas no item II é condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.
- (B) nos itens I, II e III são automáticos, isto é, independem de declaração motivada na sentença; além disso, não são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- (C) nos itens I, II e III são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.
- (D) apenas nos itens II e III são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.
- (E) apenas no item III é condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.

**Direito Civil**

43. Isadora e Wilson, ambos capazes, ela com 25 anos de idade e ele com 27 anos de idade, pretendem se casar em regime de separação de bens. Para tanto, farão um pacto antenupcial. De acordo com o Código Civil brasileiro, esse pacto
- (A) será nulo se não for feito por escritura pública e, sendo feito por essa forma, não terá efeito perante terceiros, senão depois de registrado, em livro especial, pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
 - (B) será nulo se não for feito por escritura pública e, sendo feito por essa forma, terá efeito perante terceiros independentemente de qualquer registro, por se tratar de documento público.
 - (C) poderá ser feito por escritura pública ou documento particular, não tendo efeito perante terceiros, senão depois de registrado, em livro especial, por qualquer oficial do Registro de Imóveis, independentemente do local do domicílio dos cônjuges.
 - (D) poderá ser feito por escritura pública ou documento particular e, sendo feito por qualquer dessas formas, não terá efeito perante terceiros, senão depois de registrado, em livro especial, pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
 - (E) poderá ser feito por escritura pública ou documento particular e, sendo feito por qualquer dessas formas, terá efeito perante terceiros independentemente de registro no Registro de Imóveis no caso da escritura pública, por se tratar de documento público.
-
44. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), é assegurado o benefício
- (A) anual de cinco salários mínimos, nos termos da Loas, às pessoas idosas, a partir de 60 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, sendo que o benefício já concedido a qualquer membro da família será computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.
 - (B) anual de cinco salários mínimos, nos termos da Loas, às pessoas idosas, a partir de 65 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, sendo que o benefício já concedido a qualquer membro da família não será computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.
 - (C) mensal de um salário mínimo, nos termos da Loas, às pessoas idosas, a partir de 60 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, sendo que o benefício já concedido a qualquer membro da família será computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.
 - (D) mensal de um salário mínimo, nos termos da Loas, às pessoas idosas, a partir de 65 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, sendo que o benefício já concedido a qualquer membro da família não será computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.
 - (E) mensal de um salário mínimo, nos termos da Loas, às pessoas idosas, a partir de 65 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, sendo que o benefício já concedido a qualquer membro da família será computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.
-
45. Margareth é uma mulher com deficiência nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Considerando que Roberto seja seu acompanhante, em conformidade com referida lei, Margareth tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade, dentre outras, de
- (A) procedimentos administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências, sendo esses direitos extensivos a Roberto.
 - (B) disponibilização de recursos humanos, mas não tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo esses direitos extensivos a Roberto.
 - (C) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, sendo esses direitos extensivos a Roberto.
 - (D) recebimento de restituição de imposto de renda, sendo esse direito extensivo a Roberto.
 - (E) tramitação processual e procedimentos judiciais em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências, sendo esses direitos extensivos a Roberto.

Direito Processual Civil

46. Marcelo é professor universitário e pretende propor uma ação que versa sobre uma causa cível, cujo valor é de sessenta vezes o salário-mínimo, que é o que ele deseja receber. Letícia é advogada e pretende propor uma ação de despejo para uso próprio. Amaury, que cometeu um crime quando tinha 20 anos e permanece preso até o momento, pretende propor uma ação que versa sobre uma causa cível, cujo valor é quarenta vezes o salário-mínimo. Considerando apenas as informações fornecidas, com base na Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995), perante o Juizado Especial Cível competente
- (A) pode propor ação apenas Amaury.
 - (B) pode propor ação apenas Marcelo.
 - (C) podem propor ação Marcelo, Letícia e Amaury.
 - (D) pode propor ação apenas Letícia.
 - (E) podem propor ação apenas Marcelo e Amaury.



47. Silvia propôs ação em face de Samir. Preenchendo a petição inicial os requisitos essenciais e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designou audiência de mediação. De acordo com a Lei nº 13.140/2015, na mediação judicial o mediador
- (A) estará sujeito à prévia aceitação de Silvia e Samir, independentemente de haver impedimento ou suspeição, devendo esse procedimento de mediação judicial ser concluído em até sessenta dias, contados da designação da audiência, salvo se as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação e, solucionado o conflito pela mediação, não serão devidas custas judiciais finais.
 - (B) estará sujeito à prévia aceitação de Silvia e Samir, independentemente de haver impedimento ou suspeição, devendo esse procedimento de mediação judicial ser concluído em até trinta dias, contados da designação da audiência, salvo se as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação e, solucionado o conflito pela mediação, não serão devidas custas judiciais finais.
 - (C) não estará sujeito à prévia aceitação de Silvia e Samir, exceto nas hipóteses legais de impedimento e suspeição, devendo esse procedimento de mediação judicial ser concluído em até trinta dias, contados da designação da audiência, salvo se as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação e, solucionado o conflito pela mediação, não serão devidas custas judiciais finais.
 - (D) estará sujeito à prévia aceitação de Silvia e Samir, independentemente de haver impedimento ou suspeição, devendo esse procedimento de mediação judicial ser concluído em até trinta dias, contados da primeira sessão, salvo se as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação e, solucionado o conflito pela mediação antes da citação de Samir, não serão devidas custas judiciais finais.
 - (E) não estará sujeito à prévia aceitação de Silvia e Samir, exceto nas hipóteses legais de impedimento e suspeição, devendo esse procedimento de mediação judicial ser concluído em até sessenta dias, contados da primeira sessão, salvo se as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação e, solucionado o conflito pela mediação antes da citação de Samir, não serão devidas custas judiciais finais.
48. Com relação às provas, considere:
- I. Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sendo vedado ao juiz ordená-lo de ofício.
 - II. Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro não valerá sem a do outro, salvo se o regime de casamento for o de separação absoluta de bens.
 - III. O juiz não pode ordenar, em nenhuma hipótese, a requerimento da parte, a exibição integral dos livros empresariais e dos documentos do arquivo na sucessão por morte de sócio.
- Em conformidade com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, apenas.
 - (E) III, apenas.

Direito Penal

49. As empresas "X" e "Z" pretendem participar de procedimentos licitatórios promovidos por uma Prefeitura de determinada cidade de grande porte do Estado de São Paulo. Os objetos dos contratos são a construção de uma escola e de um hospital. Após a publicação dos respectivos editais, as empresas "X" e "Z", por meio de seus representantes legais, com o escopo de vencer os procedimentos licitatórios abertos, se reúnem antes de apresentarem as propostas ao Poder Público na sede de uma das empresas e combinam os valores que seriam propostos em ambos os certames. A empresa "X" apresentaria proposta menor para um dos contratos, enquanto a empresa "Z" apresentaria proposta menor para o outro, tudo para conseguirem um rodízio na contratação com o Poder Público. Neste caso, na esteira da Lei nº 14.133/2021, os representantes legais das empresas "X" e "Z" praticaram, em tese, o crime de
- (A) afastamento de licitante.
 - (B) fraude em licitação ou contrato.
 - (C) modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.
 - (D) frustração do caráter competitivo de licitação.
 - (E) violação de sigilo em licitação.
50. Mario, funcionário público de um determinado município brasileiro, era o responsável, em razão do cargo que ocupava, pelas chaves de duas salas onde eram guardadas milhares de vacinas contra a Covid-19 que seriam aplicadas no município. Mario, por um descuido, aqui caracterizando negligência, esquece de trancar as portas das salas no período noturno e cerca de 800 doses de vacina são furtadas, causando um prejuízo financeiro. Mario é indiciado e, posteriormente, denunciado pelo Ministério Público pelo crime de peculato culposo e ao final condenado por este delito pelo juízo de primeiro grau. Mario apresenta recurso de apelação e, durante o trâmite do recurso no E. Tribunal competente, Mario realiza a reparação integral do dano. Neste caso hipotético apresentado,
- (A) Mario não terá direito a qualquer benefício, uma vez que a reparação do dano teria que ter ocorrido até o recebimento da denúncia.
 - (B) deverá ser extinta a punibilidade de Mario em razão da reparação do dano.
 - (C) o crime de peculato não admite qualquer benefício em razão da reparação do dano.
 - (D) a pena privativa de liberdade imposta será reduzida de metade.
 - (E) a pena privativa de liberdade imposta será reduzida de 1/3.

**Direito Processual Penal**

51. Considere os seguintes casos hipotéticos, envolvendo investigados absolutamente primários, sem qualquer antecedente criminal e que jamais foram beneficiados com o Acordo de não Persecução Penal, transação penal, ou suspensão condicional do processo:
- I. Juliana está sendo acusada de cometer crime de moeda falsa, com pena prevista no Código Penal de reclusão de 03 a 12 anos e multa.
 - II. Marcos está sendo acusado de cometer crime de resistência, após se opor à execução de ato legal, mediante violência e grave ameaça, impedindo em razão de sua resistência que o ato seja executado. A pena corporal prevista no Código Penal é de reclusão de 01 a 03 anos.
 - III. Julio está sendo acusado de cometer o crime de adulteração de sinal identificador de veículo, pois no exercício de atividade comercial recebeu e ocultou veículo automotor com número de chassi adulterado, ciente deste fato. A pena corporal prevista no Código Penal é de reclusão de 04 a 08 anos de reclusão e multa.
 - IV. Gustavo, funcionário público, está sendo acusado de cometer crime de abuso de autoridade, após constranger o preso, mediante violência e grave ameaça, a produzir prova contra si mesmo, com pena corporal prevista de 01 a 04 anos de detenção e multa.
- Nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá propor o benefício do acordo de não persecução penal APENAS para
- (A) Juliana e Julio.
 - (B) Juliana, Julio e Gustavo.
 - (C) Juliana, Marcos e Julio.
 - (D) Marcos.
 - (E) Juliana.

52. Mariano foi indiciado pela polícia civil do Estado de São Paulo pela prática de crime de estelionato. Ao término das investigações, Mariano é intimado para ser interrogado perante a Autoridade Policial, mas não atende à intimação e deixa de comparecer à Repartição Pública competente. Nesse caso, na esteira do Código de Processo Penal, da Constituição Federal de 1988, e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) o investigado não poderá ser conduzido coercitivamente para interrogatório, ainda que mediante ordem judicial.
 - (B) o investigado poderá ser conduzido coercitivamente para interrogatório, cabendo à Autoridade Policial solicitar ao Magistrado responsável pelo inquérito policial a expedição do respectivo mandado.
 - (C) a Autoridade Policial poderá mandar conduzi-lo à sua presença, sem a necessidade de expedição de qualquer mandado.
 - (D) a Autoridade Policial poderá mandar conduzi-lo à sua presença, expedindo-se o competente mandado.
 - (E) a Autoridade Policial deverá solicitar ao Ministério Público autorização para condução coercitiva de Mariano para interrogatório.

Direito do Trabalho

53. Amaury, brasileiro, 50 anos de idade, é trabalhador rural há 20 anos e tem um filho, Dionísio, também brasileiro, 20 anos de idade, que é trabalhador urbano há um ano. De acordo com a Constituição Federal, são direitos de Amaury, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,
- (A) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal e gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e são direitos de Dionísio, dentre outros, fundo de garantia por tempo de serviço e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.
 - (B) gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal e fundo de garantia do tempo de serviço; e são direitos de Dionísio, dentre outros, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei e fundo de garantia do tempo de serviço.
 - (C) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em trinta por cento à do normal e repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos; e são direitos de Dionísio, dentre outros, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei, e férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.
 - (D) gozo de férias anuais remuneradas com o valor do salário normal e fundo de garantia do tempo de serviço; e são direitos de Dionísio, dentre outros, repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de vinte dias, nos termos da lei.
 - (E) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e fundo de garantia do tempo de serviço; e são direitos de Dionísio, dentre outros, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.



54. Com relação ao teletrabalho, de acordo com a Lei nº 13.467/2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) a prestação de serviços nessa modalidade poderá constar expressamente do contrato individual de trabalho ou poderá ser ajustada de forma tácita, mediante acordo verbal entre as partes, não sendo necessário especificar as atividades que serão realizadas pelo empregado.
 - (B) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.
 - (C) os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto integram a remuneração do empregado.
 - (D) poderá ser realizada alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (E) quando o empregador optar por instruir os empregados de maneira expressa e ostensiva quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, não haverá necessidade de o empregado assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir essas instruções.

Direito Processual do Trabalho

55. Alberto é brasileiro, tem 33 anos de idade, atua como advogado há mais de dez anos e possui notável saber jurídico e reputação ilibada. Já Rodolfo tem 71 anos de idade, é brasileiro e atua como juiz do Tribunal Regional do Trabalho de determinada região, oriundo da magistratura de carreira, e possui notável saber jurídico e reputação ilibada. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, com relação à composição do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) ambos poderão compô-lo, pois um quinto dos membros desse Tribunal é composto por advogados e membros do Ministério Público do Trabalho e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira.
 - (B) apenas Rodolfo poderá compô-lo, pois Alberto não tem mais de 15 anos de efetiva atividade profissional como advogado.
 - (C) apenas Rodolfo poderá compô-lo, sendo que Alberto não poderá compor esse Tribunal por não ter mais de 35 anos de idade.
 - (D) apenas Alberto poderá compô-lo, pois um quinto dos membros desse Tribunal é composto por advogados, não podendo Rodolfo compor esse Tribunal por ter mais de 70 anos de idade.
 - (E) nenhum dos dois poderá compô-lo, pois Alberto não tem mais de 35 anos de idade e Rodolfo tem mais de 70 anos de idade.
56. De acordo com a Lei nº 8.009/1990, sobre a impenhorabilidade do bem de família,
- (A) a impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução trabalhista, dela não se beneficiando aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desde que não se desfaça da moradia antiga.
 - (B) o imóvel residencial próprio do casal é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários, ainda que nele não residam, sem exceção.
 - (C) a impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, ainda que não quitados.
 - (D) no caso de imóvel locado, a impenhorabilidade aplica-se aos bens móveis quitados que guarneçam a residência e que sejam de propriedade do locatário, havendo exceções, como, por exemplo, os adornos suntuosos, que são penhoráveis.
 - (E) na hipótese de a entidade familiar ser possuidora de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre a de maior valor, salvo se outro tiver sido registrado para esse fim no Registro de Imóveis.

Direito Previdenciário

57. Paula deu à luz um filho, enquanto Gabriela obteve a guarda judicial de uma criança para fins de adoção. Em conformidade com a Lei de Benefícios – Lei nº 8.213/1991, com base somente nas informações fornecidas e considerando que ambas sejam seguradas da Previdência Social e estejam afastadas dos seus trabalhos realizados no setor privado, o salário-maternidade de responsabilidade da Previdência Social é devido
- (A) apenas à Paula pelo período de 120 dias.
 - (B) à Paula pelo período de 120 dias, e à Gabriela pelo período de somente 90 dias.
 - (C) à Paula pelo período de 120 dias, assim como à Gabriela, pelo mesmo período.
 - (D) à Paula pelo período de 180 dias, e à Gabriela, pelo período de somente 90 dias.
 - (E) apenas à Paula pelo período de 180 dias.



58. Beth, segurada da Previdência Social, vive em união estável com Carlos Eduardo, tendo nascido, dessa união, o filho Alexandre, que possui 06 anos de idade. Beth tem ainda um irmão de 12 anos de idade chamado Igor e o pai dela, Francisco, é seu dependente econômico. Nessa situação, baseando-se apenas nas informações fornecidas, em se tratando do benefício da pensão por morte, de acordo com o Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999), atualmente são beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes de Beth,
- (A) Carlos Eduardo, Alexandre, Igor e Francisco, sendo que Carlos Eduardo, Alexandre e Igor concorrem em igualdade de condições e excluem o direito às prestações de Francisco.
 - (B) apenas Alexandre e Igor, que concorrem em igualdade de condições.
 - (C) apenas Alexandre e Igor, sendo que Alexandre exclui o direito às prestações de Igor.
 - (D) apenas Alexandre, Igor e Francisco, sendo que Alexandre exclui o direito às prestações de Igor e Francisco.
 - (E) Carlos Eduardo, Alexandre, Igor e Francisco, sendo que Carlos Eduardo e Alexandre concorrem em igualdade de condições e excluem o direito às prestações de Igor e Francisco.

Direito Tributário

59. Sobre a suspensão do crédito tributário, na esteira do Código Tributário Nacional,
- (A) a concessão da moratória individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que o beneficiado, agindo com dolo, deixar de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, vedada, contudo, a imposição de penalidade.
 - (B) o parcelamento tributário, dependendo do valor do tributo, pode ser concedido e disciplinado por ato administrativo da pessoa jurídica competente para instituir o tributo, independentemente de lei específica.
 - (C) a moratória não pode, em nenhuma hipótese, ser concedida em caráter geral pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (D) a moratória, salvo disposição de lei em contrário, somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
 - (E) o parcelamento do crédito tributário, em regra, exclui a incidência de juros e multas.
60. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, especificamente em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte,
- (A) a instituição, por lei, de um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será opcional no caso de as contribuintes serem empresas de pequeno porte ou microempresas.
 - (B) havendo instituição, por lei, de um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a arrecadação, a fiscalização e a cobrança não poderão ser compartilhadas pelos entes federados, sendo vedado nesse caso a adoção de cadastro nacional único de contribuintes.
 - (C) havendo instituição, por lei, de regime único de arrecadação dos impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, sendo permitida a retenção ou condicionamento.
 - (D) cabe à lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria tributária, incluindo a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
 - (E) a lei que instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá estabelecer condições de enquadramento diferenciadas por Estado.

Direito Societário

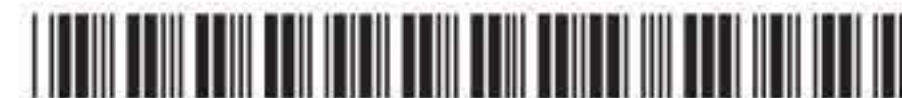
61. De acordo com Decreto Estadual nº 62.349/2016, que dispõe sobre o programa de integridade e a área de conformidade a serem adotados por empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo, regulamentando a aplicação da Lei nº 13.303/2016, e criando instâncias e procedimentos de fomento ao controle interno,
- (A) a divulgação de informações sobre a empresa estatal caracterizada como companhia aberta, que possa causar impacto na cotação de seus valores mobiliários, ou em suas relações com o mercado, consumidores e fornecedores, caberá exclusivamente ao diretor responsável pela área de relações com investidores.
 - (B) nas empresas estatais com receita operacional bruta anual inferior a R\$ 90.000.000,00, é possível a indicação e eleição de Administrador ou Conselheiro Fiscal titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, desde que licenciado do cargo.
 - (C) nas empresas estatais com receita operacional bruta anual superior a R\$ 90.000.000,00, o Comitê Estatutário, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de administradores e fiscais, deverá obrigatoriamente ser composto por 05 membros.
 - (D) a Corregedoria Geral da Administração orientará os representantes do Estado nas assembleias gerais das empresas estatais a realizar as alterações cabíveis nos estatutos sociais para adoção das medidas previstas no Decreto Estadual nº 62.349/2016, levando em conta a proposta apresentada pelo respectivo conselho de administração.
 - (E) caberá à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania articular-se diretamente com os Conselheiros Fiscais para esclarecer dúvidas e orientar sua atuação no interesse da empresa estatal.



62. Nos termos da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), praticado ato com abuso de poder pelo acionista controlador da empresa pública ou da sociedade economia mista, a ação de reparação poderá ser proposta pela sociedade, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios,
- (A) mediante prévia autorização da assembleia-geral de acionistas, e prescreve em 03 anos, contados da data da prática do ato abusivo.
 - (B) independentemente de autorização da assembleia-geral de acionistas, e prescreve em 03 anos, contados da data da prática do ato abusivo.
 - (C) mediante prévia autorização da assembleia-geral de acionistas, e prescreve em 05 anos, contados da data da prática do ato abusivo.
 - (D) após prévia autorização da assembleia-geral de acionistas, e prescreve em 05 anos, contados da data da prática do ato abusivo.
 - (E) independentemente de autorização da assembleia-geral de acionistas, e prescreve em 06 anos, contados da data da prática do ato abusivo.

Direito Ambiental

63. Renato é uma pessoa física que utiliza matéria-prima florestal oriunda de floresta plantada em suas atividades. De acordo com a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), Renato é
- (A) obrigado à reposição florestal, pois são isentos dessa reposição apenas aqueles que utilizam matéria-prima florestal não madeireira.
 - (B) isento da obrigatoriedade da reposição florestal, sendo que essa isenção não desobriga o interessado da comprovação perante a autoridade competente da origem do recurso florestal utilizado.
 - (C) obrigado à reposição florestal, pois são isentos dessa reposição apenas aqueles que utilizam matéria-prima florestal oriunda de Plano de Manejo Florestal Sustentável.
 - (D) obrigado à reposição florestal, a qual será efetivada no Estado de origem da matéria-prima utilizada, mediante o plantio de espécies preferencialmente nativas, conforme determinações do órgão competente do SISNAMA.
 - (E) isento da obrigatoriedade da reposição florestal, sendo que essa isenção desobriga o interessado da comprovação perante a autoridade competente da origem do recurso florestal utilizado.
-
64. Francisco, advogado, deseja ter acesso a informações referentes a políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental que estão sob a guarda de determinado órgão da Administração Pública Direta integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação Ambiental (Lei nº 10.650/2003), Francisco terá acesso a essas informações,
- (A) desde que comprove interesse específico, sem a necessidade de requerimento escrito, podendo utilizar as informações colhidas para fins comerciais, tendo em vista se tratar de informações de interesse público, devendo, porém, citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.
 - (B) desde que comprove interesse específico, sem a necessidade de requerimento escrito, obrigando-se, em declaração de próprio punho, a não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, ficando dispensado de citar as fontes, caso venha a divulgar os aludidos dados, eis que as informações são destinadas ao público em geral.
 - (C) independentemente da comprovação de interesse específico, sem a necessidade de requerimento escrito, podendo utilizar as informações colhidas para fins comerciais, tendo em vista se tratar de informações de interesse público, devendo, porém, citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.
 - (D) desde que comprove interesse específico, mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.
 - (E) independentemente da comprovação de interesse específico, mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.
-
65. Com base na Lei nº 6.938/1981, a qual trata da Política Nacional do Meio Ambiente, no que diz respeito à servidão ambiental:
- (A) O detentor da servidão ambiental não poderá, em nenhuma hipótese, aliená-la, em caráter definitivo, em favor de entidade pública, ainda que esta tenha a conservação ambiental como fim social.
 - (B) A servidão ambiental se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
 - (C) É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.
 - (D) A servidão ambiental não poderá ser onerosa.
 - (E) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 10 anos.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.4.3 do referido Edital. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Formação; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta).

Alguns estudiosos consideram que há atividades humanas que causam danos irreversíveis ao meio ambiente – os chamados “pontos sem retorno”. Há quem defenda, em contrapartida, que a natureza contará sempre com o poder de se regenerar por si mesma, promovendo com isso seu “retorno a um ponto anterior de equilíbrio”.

Pondere a controvérsia exposta acima e escreva um texto dissertativo-argumentativo, no qual você se posicionará criticamente diante dessa divergência.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	



20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO EScreva Neste Espaço